MUNICIPIO DE REDONDO

Assembleia Municipal

SESSÃO ORDINÁRIA DE 28 DE ABRIL DE 2016

ATA Nº 2

-----Aos vinte e oito dias do mês de abril, do ano de dois mil e dezasseis, nesta Vila de Redondo, e sala de reuniões da Assembleia Municipal, teve lugar uma sessão ordinária da Assembleia Municipal, sob a presidência do Senhor Alfredo Falamino Barroso, Presidente da Mesa da Assembleia Municipal, sendo esta composta ainda pelo Senhor Domingos Alberto Saraiva Boavida, na qualidade de Segundo Secretário. ------

-----Eram vinte horas e trinta minutos quando o Senhor Presidente da Mesa da Assembleia Municipal de Redondo, Alfredo Falamino Barroso, deu início aos trabalhos da sessão. ----------

-----Depois de feita a chamada verificou-se a presença dos seguintes membros: Alfredo Falamino Barroso (Movimento Independente ao Concelho de Redondo); Isabel Maria Maia da Silva Bento Marques, em substituição do membro Nelson Manuel Cardoso Batista (Movimento Independente ao Concelho de Redondo); Rute Marina Carvalho Neves (Partido Socialista); Domingos Alberto Saraiva Boavida (Movimento Independente ao Concelho de Redondo); Maria Gabriela Sapateiro Oliveira Jacinto Oliveira (Movimento Independente ao Concelho de Redondo); Vergílio Fernando Frade Ambrósio (CDU-PCP/PEV); Daniel José Chambel Cachopas (Partido Socialista); José Maria dos Remédios Fernandes (Movimento Independente ao Concelho de Redondo); António José Cidade Galhofo Nico, (Movimento Independente ao Concelho de Redondo), em substituição do membro Vânia Solange França Neto e dos substitutos Sofia Isabel Valente Siquenique, Nuno Miguel Pita Perdigão e Maria Angélica Pinto Palmeiro; João Gonçalo Morais Tristão (Partido Social Democrata); Joaquim António Mendes Correia (Movimento Independente ao Concelho de Redondo); Manuel José Barro Branco Marouvas (Partido Socialista); Maria Emília Correia Gato Serranito (Movimento Independente ao Concelho de Redondo); Caetano Venâncio Gato Carriço (CDU-PCP/PEV); António Manuel Figueira da Silva (Movimento Independente ao

Concelho de Redondo); António Joaquim Siquenique Carriço (Presidente da Junta de Freguesia de Redondo - Movimento Independente ao Concelho de Redondo); Henrique Duarte Caeiro Pereira (Presidente da Junta de Freguesia de Montoito - Movimento Independente ao Concelho de Redondo). ----------

-----Do Executivo Municipal estiveram presentes o Senhor Presidente da Câmara Municipal, António José Rega Matos Recto, o Senhor Vice-Presidente da Câmara Municipal, José Manuel Mendes Portel e os Senhores Vereadores Luis Fernando Gomes Faleiro, Armindo Manuel Beira Ramalhosa e David Manuel Palma Grave. -------

-----O Senhor Presidente da Assembleia Municipal, Alfredo Falamino Barroso, pôs à consideração dos membros presentes a inclusão de mais um ponto na Ordem de trabalhos, a solicitação da Câmara Municipal de Redondo, referente à adesão do Município de Redondo à Associação Portuguesa de Cidades e Vilas de Cerâmica, ao abrigo do nº 3 do artigo 19º do Regimento da Assembleia Municipal. ----------

A inclusão foi aprovada por unanimidade passando a ser o ponto 10 da ordem de trabalhos. ----------

-----Declarada aberta a sessão com a seguinte Ordem do Dia: ----------

1. Informações
2. Apreciação da informação escrita, emanada do executivo camarário, sobre a atividade do Município
3. Informação sobre a situação financeira do Município
4. Informação de compromissos plurianuais assumidos
5. Eleição da Comissão de Análise Técnica – Orçamento Participativo
6. Clarificação referente à isenção de taxas de urbanismo
7. Apreciação, Discussão e aprovação do Relatório de Gestão e documentos de Prestação de Contas do exercício de 2015
8. Apreciação do Inventário de todos os Bens, direitos e obrigações patrimoniais e respetiva avaliação
9. Revisão Orçamental

10. Associação Portuguesa de Cidades e Vilas de Cerâmica (AptCC) (aprovada por unanimidade e em minuta a inclusão deste ponto na Ordem do Dia)

PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA

Apreciação e votação da ata nº 1/2016

-----O Senhor Presidente da Assembleia Municipal, Alfredo Falamino Barroso, pôs à apreciação dos membros presentes a ata da sessão de 24 de fevereiro de 2016, após serem contempladas algumas alterações, procedeu-se de seguida à aprovação da referida ata. ----------

-----A ata acima referida foi aprovada por maioria e em minuta, com a abstenção, por não presença na reunião em causa, dos membros Isabel Marques, Rute Neves, José Maria Fernandes, António José Nico, Manuel Marouvas, Caetano Carriço e os restantes votos a favor. ----------

Intervenções

-----O Senhor Presidente da Mesa da Assembleia Municipal, Alfredo Falamino Barroso, deu a palavra ao membro Caetano Carriço. ----------

-----O membro Caetano Carriço, interveio para referir que se deslocou ao depósito de água do Freixo e verificou que o mesmo se encontra danificado, com falta de manutenção, de pintura e para além disso, tem um tronco duma árvore colocado de modo que permite que qualquer pessoa possa ter acesso ao depósito e abastecer-se de água, ou até, se houver má intenção, deitar alguma coisa na água que possa prejudicar a população. Considera urgente, não só a manutenção, como também a retirada do tronco. Disse ainda que no Freixo existe apenas um ecoponto junto à Cooperativa, considera que há necessidade de ser colocado pelo menos mais um ecoponto, junto à antiga taberna.

-----O Senhor Presidente da Mesa da Assembleia Municipal, Alfredo Falamino Barroso, deu a palavra ao membro Vergílio Ambrósio. ----------

-----O membro Vergílio Ambrósio interveio para apresentar a exposição que de seguida se transcreve: ----------

"*O mês de Abril é um mês rico em acontecimentos históricos que o PCP através dos seus representantes nesta Assembleia não pode deixar passar em claro.* ----------

Sem apresentação de moções que obriguem quem quer que seja a ter que se lhe colar, até porque os acontecimentos habitualmente aqui lembrados fazem parte do património coletivo e, naturalmente abrangem muitos dos membros desta Assembleia que os vivenciaram, mas que não sentem a necessidade de os trazer às recordações e às lutas, que o PCP e o povo português corporizam. Assim, o Grupo do Partido Comunista desta Assembleia Municipal vem aqui recordar acontecimentos que ocorreram em Abril

O quadragésimo aniversário sobre a data da aprovação da Constituição da República Portuguesa

No dia 2 de Abril de 1976 era aprovado na Assembleia da República um dos mais belos e progressistas textos constitucionais do mundo. A Lei Fundamental resultante da Revolução do 25 de Abril de 1974, foi portadora dos princípios e valores da liberdade alcançada, correspondeu aos mais profundos anseios do povo português e consagrou as transformações revolucionárias operadas no decorrer do processo revolucionário. As conquistas e transformações operadas pelo processo revolucionário produziram profundas e radicais alterações na sociedade portuguesa e nas estruturas socioeconómicas: o fim da guerra, a democracia política e os partidos políticos, a liquidação do capital monopolista, as nacionalizações e reforma agrária, o poder local democrático, as liberdades, liberdade sindical e direito à greve, direitos das mulheres e dos jovens, a soberania nacional.

É essa matriz consagradora de um regime de amplas liberdade e direitos - que perdura intacta e é capaz de resistir à erosão do tempo - que faz da Constituição um texto avançadíssimo e, porventura, mais atual do que nunca. Porque, enquanto referente de

valores e princípios, transporta em si a força inspiradora de um projeto galvanizante como é a construção de um Portugal livre e democrático, de progresso e justiça social.
A Constituição da República Portuguesa, é seguramente um dos pilares fundadores do nosso regime democrático.

9 de Abril - A Batalha de la LYS

Faz dois anos que aqui nesta Assembleia Municipal referi o centenário do inicio da 1.ª Guerra Mundial – a GRANDE GUERRA – propondo que a Câmara Municipal de Redondo erigisse um monumento, uma referência alusiva à data, que lembrasse para a posteridade a importância da paz e o nome dos mais de 100 jovens do Concelho de Redondo que foram mobilizados para a Frente na Flandres ou para as Colónias Portuguesas na tentativa de travar a ânsia hegemónica da Alemanha e dos seus aliados.
Na mesma senda e na continua defesa da paz que caracterizam os comunistas, o Partido Comunista Português de Redondo, não pode, na comemoração do 1.º centenário da Grande Guerra, deixar passar em claro a data de 6 de março de 1916, dia da apresentação, pelo embaixador alemão, da declaração de Estado de Guerra entre o governo do Império Alemão e o governo da República Portuguesa e a os 98 anos do dia 9 de abril de 1918, data da Batalha de La Lys.
Desta forma o Grupo do PCP na Assembleia Municipal de Redondo vem homenagear todos os soldados do concelho de Redondo que participaram nessa guerra e desses os 102 homens cujos nomes e localidades onde nasceram foram possíveis recolher e identificar (lista identificada como anexo 1 a esta ata).

21 de Abril de 1929 – 87.º aniversário do nascimento de Dinis Miranda

Dinis Miranda destacado resistente antifascista, que lutou durante décadas, sem tréguas, contra o fascismo, pela Liberdade e pela Democracia. Militante e dirigente comunista, homem de grande modéstia e de uma enorme bonomia. Foi preso cinco vezes, tendo passado doze anos nas cadeias fascistas.

25 de Abril - revolução libertadora – na comemoração do seu 42.º aniversário

A revolução de Abril libertou Portugal de quase meio século de ditadura.

Ditadura militar de 1926 a 1933.

Depois com Salazar ditadura fascista.

Suprimidas as liberdades mais elementares. Censura à imprensa. Reprimida violentamente qualquer oposição. Polícia política (PIDE/DGS) para perseguir, prender, torturar, assassinar com torturas ou a tiro. Tribunais especiais condenando a mando da PIDE. Democratas mantidos com condenação ou sem ela longos anos nas prisões, atingindo em alguns casos mais de 20 anos. Partido único fascista (União Nacional/Ação Nacional Popular). Milícia fascista (Legião). Organização fascista e paramilitar da juventude (Mocidade Portuguesa).

Povo pobre, oprimido e inculto.

A guerra colonial condenada à derrota provocava a oposição do povo, particularmente da juventude, e acentuava a convergência da luta do povo português contra o fascismo e dos povos das colónias portuguesas contra o colonialismo atacando a ditadura em Portugal e em África.

A luta popular em todas as frentes (movimento operário, movimento democrático, movimento dos estudantes, luta dos intelectuais, luta contra a guerra colonial incluindo nas forças armadas) atingiu um rápido ascenso e radicalização.

Todos estes fatores abalaram profundamente as esferas do poder, sucedendo-se no campo fascista as divisões e dissidências (Craveiro Lopes, Botelho Moniz, Humberto Delgado, Henrique Galvão, Sá Carneiro e outros).

A crise geral da ditadura evoluiu para uma situação revolucionária na qual o derrubamento da ditadura pela força se pôs na ordem do dia.

Esse dia chegou em 25 de Abril.

Durante 48 anos, o PCP e outros democratas, os trabalhadores, o povo português tiveram como elemento central da sua luta a resistência antifascista e a luta pela liberdade. A luta antifascista foi o eixo central da luta política e o cimento da unidade democrática. A definição da ditadura como ditadura fascista, a luta popular e

democrática como luta antifascista, as organizações, como organizações antifascistas estão gravadas na memória e na vida nacional durante quase meio século, não apenas pelas palavras ditas e escritas, mas pela história de 48 anos de perseguições, de prisões, de torturas, de condenações, de assassinatos e de luta heroica do nosso povo. Quando falamos do 25 de Abril falamos muito justamente do dia 25 de Abril de 1974. É uma data. Uma data memorável. O dia em que os capitães do MFA empreenderam o heroico levantamento militar que derrubou o governo fascista.

A revolução de Abril não foi porém apenas esse ato heroico e decisivo, foi um processo. Ao levantamento militar sucedeu no imediato o levantamento popular que passou a ser, a par da componente militar, uma força motora e um elemento determinante da revolução democrática.

A aliança Povo-MFA constituiu uma realidade objetiva para pôr termo ao fascismo e para exercendo a liberdade, avançar no caminho da democracia.

A liberdade e a democracia não foram concedidas nem oferecidas. Foram conquistadas pela dinâmica conjugada da luta das massas e dos elementos progressistas do MFA.

E passados 42 anos "Aqui estamos, com os nossos sonhos, as nossas aspirações e a nossa luta a projetar Abril" como disse Rita Rato na sua intervenção em 25 de Abril na Assembleia da República

O 1º de Maio na resistência contra a política de direita

Honrar a memória dos "Mártires de Chicago" que neste 1.º de Maio assinala os 130 anos.

Saudar todos os trabalhadores de todo o mundo

Em Portugal é preciso continuar a luta e avançar pela mudança. É preciso defender, repor e conquistar direitos que nos 4 anos do governo PSD/CDS, com a sua política de empobrecimento foram roubados aos trabalhadores e ao povo português.

No tempo atual é altura de valorizar o trabalho e dignificar os trabalhadores, combater o desemprego, a precariedade, os baixos salários e pensões e a emigração forçada; vencer o medo e lutar pela efetivação dos direitos individuais e coletivos indissociáveis de uma política soberana e de um Portugal de progresso e justiça social.

São estas algumas das referências que o Grupo do PCP da Assembleia Municipal de Redondo não quis que fossem esquecidas e que aqui traz a esta Assembleia Municipal e aos munícipes do concelho."

-----O Senhor Presidente da Mesa da Assembleia Municipal, Alfredo Falamino Barroso, fez distribuir uma Moção apresentada pela CDU, aprovada em reunião de Câmara, devendo ser submetida à Assembleia Municipal e que de seguida se transcreve:

"No 42º aniversário da Revolução de Abril e 40º aniversário da Constituição da República

Considerando que assinalamos este ano o 42º aniversário da Revolução de Abril e o 40º aniversário da Constituição da República do Portugal livre da repressão, da censura, das prisões e da tortura de tantos democratas e patriotas que se bateram pela liberdade e a democracia;

Considerando que as conquistas políticas, sociais, económicas e culturais conseguidas com a Revolução de Abril e consagradas na Constituição da República promoveram um acelerado desenvolvimento do País, com uma marcante e galvanizante participação dos trabalhadores e das populações;

Considerando que a Revolução de Abril e a aprovação da Constituição da República foi um dos maiores atos de afirmação de soberania e independência nacionais;

Considerando que o Poder Local foi uma das mais relevantes conquistas da Revolução de Abril, tornando-o parte integrante do regime democrático e do seu sistema de poder, foi na Constituição da República que viu consagrados os seus princípios democráticos. Um Poder Local amplamente participado, plural e democrático, dotado de uma efetiva autonomia administrativa e financeira.

A ampla participação popular e o intenso trabalho realizado em prol das populações, com as comissões administrativas, após a Revolução do 25 de abril, teve consagração, com as primeiras eleições livres e democráticas para os órgãos das autarquias locais, em Dezembro de 1976, onde o Poder Local Democrático se afirmou.

Considerando que os Valores de Abril permanecem bem fundo no ideário dos

trabalhadores e do povo português e que a Constituição da República, apesar de ter sido sujeita ao longo dos anos às mais diversas provas de desvirtuamento e descaracterização, continua a consagrar um conjunto de princípios e normas que constituem elementos bastantes para um Portugal de liberdade, democracia, progresso social e económico, desenvolvimento cultural e paz,

A Câmara Municipal de Redondo, reunida a 13/04/2016, deliberou:

1 -Saudar os valores e conquistas da Revolução de Abril, cujos elementos essenciais estão consagrados na Constituição da República Portuguesa e são base para uma política que sirva Portugal e os portugueses.

2 – Apelar aos trabalhadores, aos eleitos autárquicos, ao movimento associativo e à população, para se associarem às comemorações do 25 de Abril, na afirmação do Poder Local Democrático como conquista de Abril e na defesa dos interesses e direitos das populações."

A Assembleia Municipal deliberou por unanimidade e em minuta aprovar a moção apresentada.

Declaração de Voto do membro Gonçalo Morais

Disse que vota a favor da moção apresentada pela CDU, porque considera que se evidencia no texto desta moção alguma evolução por parte do PCP, na maneira como escreve as Moções. Apesar de haver coisas nesta moção com as quais não se concorda, verifica algum cuidado na sua elaboração.

Vota a favor porque o PSD é a favor do 25 de abril, porque o 25 de abril é a liberdade de toda a sociedade portuguesa e não a revolução de uns contra os outros.

Saúda o PCP pela maneira como elaborou o texto da moção, com uma forma cuidada para não chocar com as restantes forças politicas.

-----O Senhor Presidente da Mesa da Assembleia Municipal, Alfredo Falamino Barroso, deu a palavra ao membro Daniel Cachopas. ----------

-----O membro Daniel Cachopas interveio para apelar à Câmara Municipal que proceda à limpeza das bermas, no troço da estrada entre a Casa Alta e a extrema entre Montoito e a Vendinha, porque as ervas já estão tão altas, que já se torna perigoso o trânsito naquela estrada. Para além das ervas, perigoso é também o estado da estrada entre o limite do concelho de Redondo e a Vendinha, inclusivamente dentro da própria Vila, apesar de este troço já pertencer ao Concelho de Évora, apela junto da Câmara de Redondo para que faça uma comunicação à Câmara de Évora para, pelo menos, fazer uns remendos na estrada, porque o troço está bastante perigoso e é utilizado diariamente por muita gente que se desloca para o trabalho, em Évora.

Disse que no passado fim-de-semana esteve no parque Infantil de Montoito e verificou que uma torneira de um dos bebedouros estava avariada, estando constantemente a deitar água, pensou que fosse reparada na 2ª feira, porque era muita a água desperdiçada, no entanto, no dia de hoje, quinta-feira, antes de vir para a reunião, esteve novamente no Parque e a torneira continua a deitar água, teve o cuidado de alertar o responsável pelo estaleiro de Montoito para a situação, mas a resposta foi que se fechasse a água as crianças não poderiam beber. Considera que é injustificável, é muita água perdida duma torneira que esteve a desperdiçar água consecutivamente durante uma semana. ----------

-----O Senhor Presidente da Mesa da Assembleia Municipal, Alfredo Falamino Barroso, disse que relativamente à questão da estrada entre Montoito e a Vendinha, a Câmara Municipal poderá enviar uma comunicação à Câmara de Évora a solicitar os melhores ofícios para melhorar o estado da estrada. ----------

-----O Senhor Presidente da Assembleia, Alfredo Falamino Barroso, deu a palavra ao Senhor Presidente da Câmara. ----------

-----O Senhor Presidente da Câmara, Senhor António José Rega Matos Recto, começou por cumprimentar todos os presentes, respondendo às questões colocadas pelo membro

Caetano Carriço, disse que tem conhecimento que o depósito de água do Freixo tem uma fissura lateral que precisa ser reparada, prevê-se a intervenção dentro de duas a três semanas, só ainda não foi feita porque os canalizadores estão a acompanhar a obra da conduta, fazendo alguns trabalhos complementares que não estão incluídos na empreitada. ----------

A questão do Ecoponto, tal como já tem referido algumas vezes, os ecopontos são colocados tendo por base um rácio por número de habitantes. Desde sempre tem dito que só um ecoponto no Freixo é pouco, já se solicitou a colocação de mais ecopontos no Concelho, estando previsto mais um para o Freixo, a Câmara vai continuar a insistir, junto da Gesamb, para que sejam colocados mais ecopontos no Concelho. ----------

Respondendo ao membro Daniel Cachopas, disse que a limpeza das bermas vai ser iniciada, não só nessa estrada, como por todo o Concelho, está na altura de ser iniciado esse serviço. Disse que este ano foi propicio ao aparecimento de ervas, como se pode verificar por todas as estradas, a nível nacional, está tudo a precisar de limpeza. --------

Em relação ao troço até à Vendinha, pertencendo já ao Concelho de Évora, a única coisa que se pode fazer é comunicar à Câmara de Évora que deve proceder à reparação, tal como já foi feito com a estrada da Barragem do Monte Novo. ----------

Relativamente à torneira no Parque Infantil, não é o tipo de resposta que um funcionário deva dar, obviamente que a torneira se pode e deve substituir, não há justificação para estar tanto tempo a deitar água, irá ser substituída. ----------

-----O Senhor Presidente da Mesa da Assembleia Municipal, Alfredo Falamino Barroso, deu a palavra ao membro Vergílio Ambrósio. ----------

-----O membro Vergílio Ambrósio pediu novamente a palavra para dizer que, apesar de concordar com o prémio literário Dr Hernani Cidade, que considera ter sido uma figura notável do Concelho, contudo, na sua opinião, há no Concelho, nomes de pessoas com bastante mérito, como é o caso de Bento de Jesus Caraça, um matemático insignio, também poderia haver um prémio matemático Bento de Jesus Caraça, para as escolas,

assim como o Dinis Miranda, era merecedor de um prémio da liberdade, mais atuais, nomes como Vitorino Salomé que leva o nome de Redondo a todo o lado, podia haver um prémio cultural Vitorino Salomé. ----------

Na sua opinião, há bastantes méritos no Concelho, edilidades importantes que mereciam reconhecimento. ----------

-----O Senhor Presidente da Mesa da Assembleia Municipal, Alfredo Falamino Barroso, deu a palavra ao membro Gonçalo Morais. ----------

-----O membro Gonçalo Morais, interveio para dizer que, não discordando do membro Vergílio Ambrósio, considera que o Concelho de Redondo tem imensas pessoas que podem ser homenageadas, mas não se pode ir só para questões políticas, há outras pessoas, nomeadamente o exemplo do Dr João de Deus Pinheiro Farinha, que foi um dos mais insígnios juristas de Portugal, foi presidente do Supremo Tribunal de Justiça, do Tribunal dos Direitos do Homem, era um Redondense que merecia ser homenageado. ----------

-----O Senhor Presidente da Assembleia Municipal, Alfredo Falamino Barroso, considera que este tipo de questões não devem ser apresentadas assim, sem ponderação. Na sua opinião, devem ser apresentadas propostas concretas, ponderadas, estudadas e fundamentadas e aí sim, ser submetidas à discussão e eventual aprovação da Assembleia Municipal, em articulação com a Câmara Municipal. ----------

ORDEM DE TRABALHOS

Informações

A Assembleia Municipal tomou conhecimento da correspondência entrada. ----------

Apreciação da informação escrita, emanada do executivo camarário, sobre a atividade do Município

Foi apreciada a informação apresentada pela Câmara Municipal. ----------

-----O Senhor Presidente da Mesa da Assembleia Municipal, Alfredo Falamino Barroso, deu a palavra ao membro Manuel Marouvas. ----------

-----O membro Manuel Marouvas interveio para sugerir que na próxima edição da BTL (Bolsa de Turismo de Lisboa), a identificação no Stand de Redondo seja colocada na parte superior do stand, uma vez que, onde estava, na parte inferior, passava despercebido. ----------

-----O Senhor Presidente da Mesa da Assembleia Municipal, Alfredo Falamino Barroso, deu a palavra ao membro Caetano Carriço. ----------

-----O membro Caetano Carriço interveio para perguntar se, na parte dos arruamentos, onde consta o alcatroamento das Courelas da Amendoeira, se está incluído o sesmo até à Amoreira, na sua opinião, esse sesmo já merecia ser alcatroado. ----------

-----O Senhor Presidente da Assembleia, Alfredo Falamino Barroso, deu a palavra ao Senhor Presidente da Câmara. ----------

-----O Senhor Presidente da Câmara, Senhor António José Rega Matos Recto, respondendo ao membro Manuel Marouvas, informou que a identificação do stand na BTL só esteve na parte inferior no primeiro dia, porque quando a Câmara verificou essa situação, agiu de imediato e solicitou que a identificação passasse para a parte superior, no segundo dia já estava conforme solicitado. ----------

Respondendo ao Senhor Caetano Carriço, informou que o sesmo da Amoreira foi alcatroado até onde havia montes habitáveis, onde termina o alcatrão é onde começa o acesso a grandes Herdades, para se alcatroar até ao Monte da Amoreira são 3 Km's de sesmo que servem única e exclusivamente uma agropecuária. Considera que há outros sesmos com prioridade em ser alcatroados, porque servem crianças e idosos. ----------

-----O Senhor Presidente da Assembleia, Alfredo Falamino Barroso, disse que sempre tem sido esse o princípio da Câmara de Redondo, alcatroar primeiro os sesmos que servem mais pessoas, especialmente onde há crianças e idosos. ----------

Informação sobre a situação financeira do Município

A Assembleia Municipal apreciou a informação financeira do Município, constante do anexo 2 a esta ata. ----------

Informação de compromissos plurianuais assumidos

A Assembleia Municipal tomou conhecimento dos compromissos plurianuais assumidos, constante do anexo 3 a esta ata. ----------

Eleição da Comissão de Análise Técnica – Orçamento Participativo

Foi eleita a Comissão de Análise Técnica do Orçamento Participativo, ficando com a seguinte composição:

Representante do PSD – João Gonçalo Morais Tristão

Representante do PS – Daniel José Chambel Cachopas

Representante da CDU – Caetano Venâncio Gato Carriço

Representante do MICRE – Alfredo Falamino Barroso.

Clarificação referente à isenção de taxas de urbanismo

Foi apresentado e explicado pelo Senhor Presidente da Câmara o seu despacho para clarificação do regime excecional de isenção das taxas urbanísticas, que de seguida se transcreve e que, em reunião de Câmara realizada a 09/03/2016, foi aprovado por unanimidade e em minuta, devendo o mesmo ser submetido à aprovação da Assembleia Municipal:

"Por deliberação da Assembleia Municipal de Redondo de 25.02.2015 foi aprovado «o regime excecional de isenção de taxas urbanísticas a vigorar no período de 1 de Março de 2015 a 28 de Fevereiro de 2016».

Na sequência da referida deliberação os Serviços entenderam dever ser dispensados do pagamento de taxas urbanísticas os processos cujas referidas taxas foram liquidadas naquele período temporal.

Porém, conforme consta da Ata da Assembleia Municipal referente à reunião de 25.02.2015 a referida deliberação foi tomada a partir da deliberação camarária do seguinte teor:

1 – Dispensar totalmente, mediante requerimento do interessado nos termos regulamentares, do pagamento das taxas municipais de urbanização (TMU) e de compensação urbanística (TCU), a todos os processos respeitantes à realização de operações urbanísticas, na aceção da alínea j) do artigo 2º do D.L. 555/99, de 16 de dezembro, na sua atual redação, que estabelece o Regime Jurídico de Urbanização e Edificação, desde que :

a. Sejam apresentados a partir de 1 de março de 2015;

b. Licenciados, admitidos ou autorizados no decurso do período de 01/03/2015 a 28/02/2016;

c. Emitidos os respetivos títulos, constitutivos da eficácia dos atos identificados em b. (alvarás, e comprovativos do pagamento de restantes taxas municipais) do período de 01/03/2015 a 28/02/2016;

d. Se localizem no concelho de Redondo.

2 – A presente deliberação vigora a partir de 1 de março de 2015 e termina no dia 28 de fevereiro de 2016, podendo este regime excecional vir a ser prorrogado pela Câmara Municipal.

3 – A presente deliberação deverá ser submetida a apreciação da Assembleia Municipal nos termos da alínea b) do nº 1 do art. 25º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro».

Verifica-se, assim, que do teor da deliberação camarária em conjugação com a deliberação da Assembleia Municipal decorreram dificuldades de interpretação, uma vez que carecia de sentido que se admitisse que um processo urbanístico apresentado em 01.03.2015 poderia ser licenciado, admitido ou autorizado em período cujo decurso do prazo se inicia logo em 1 de Março de 2015.

Acresce que parece ser de considerar os processos que, tendo sido iniciados em data anterior a 1 de Março de 2015 correram os seus termos normais, não se tratando de forma diferente aos demais os respetivos titulares que asseguravam o normal desenvolvimento dos respetivos procedimentos. Por outro lado, poderá incentivar-se o andamento e conclusão de processos que, por inércia dos seus titulares tardam na conclusão.

Face ao exposto, proponho que a Câmara Municipal aprove e apresente para deliberação à Assembleia Municipal a seguinte proposta de alteração à deliberação de 25.02.2015:

1 - Dispensar totalmente, mediante requerimento do interessado, nos termos regulamentares, do pagamento das taxas municipais de urbanização (TMU), a todos os processos respeitantes à realização de operações urbanísticas, na aceção da alínea j) do artigo 2º do D.L. 555/99, de 16 de Dezembro, na sua atual redação, que estabelece o Regime Jurídico de urbanização e Edificação, desde que:

a) Sejam apresentados entre 1 de Março de 2015 e 29 de Fevereiro de 2016 ou cujas taxas urbanísticas sejam liquidadas neste período, e

b) Emitidos os respetivos títulos constitutivos da eficácia dos atos de controlo prévio (designadamente alvarás, e comprovativos do pagamento de restantes taxas municipais), até 31 de Agosto de 2016;

Propor ainda à Assembleia Municipal que a sua deliberação entre em vigor em 1 de Março de 2015.

Relativamente à deliberação tomada em reunião de Assembleia Municipal de 24/02/2016 e que teve por base a deliberação de câmara de dia 24/02/2016 com o seguinte teor:

Propõe-se a isenção de todas as taxas urbanísticas que constituam receita própria do Município previstas na Tabela de Taxas do Município de Redondo para os procedimentos que envolvam as obras previstas na alínea c), d), e) e f) do Decreto-Lei nº 555/99, de 16 de dezembro que aprovou o Regime Jurídico de Urbanização e Edificação (RJUE), na redação atualmente em vigor, a saber:

«c) «Obras de reconstrução», as obras de construção subsequentes à demolição, total ou parcial, de uma edificação existente, das quais resulte a reconstituição da estrutura das fachadas;

d) «Obras de alteração», as obras de que resulte a modificação das características físicas de uma edificação existente, ou sua fração, designadamente a respetiva estrutura resistente, o número de fogos ou divisões interiores, ou a natureza e cor dos materiais de revestimento exterior, sem aumento da área total de construção, da área de implantação ou da altura da fachada;

e) «Obras de ampliação», as obras de que resulte o aumento da área de implantação, da área total de construção, da altura da fachada ou do volume de uma edificação existente;

f) «Obras de conservação», as obras destinadas a manter uma edificação nas condições existentes à data da sua construção, reconstrução, ampliação ou alteração, designadamente as obras de restauro, reparação ou limpeza;»

Propõe-se, ainda, a isenção de taxas urbanísticas previstas na mesma tabela para todos os procedimentos de alteração de utilização, ainda que não resultem de um prévio procedimento das obras previstas anteriormente.

Entendo, face ao sucedido anteriormente e por modo a clarificar a produção de efeitos, que deverá ser proposta a alteração da mesma à Assembleia Municipal, após aprovação pela Câmara Municipal, nos seguintes termos:

Propõe-se a isenção de todas as taxas urbanísticas que constituam receita própria do Município previstas na Tabela de Taxas do Município de Redondo para os procedimentos que envolvam as obras previstas na alínea c), d), e) e f) do Decreto-Lei

nº 555/99, de 16 de dezembro que aprovou o Regime Jurídico de Urbanização e Edificação (RJUE), na redação atualmente em vigor, a saber :

c) «Obras de reconstrução», as obras de construção subsequentes à demolição, total ou parcial, de uma edificação existente, das quais resulte a reconstituição da estrutura das fachadas;

d) «Obras de alteração», as obras de que resulte a modificação das características físicas de uma edificação existente, ou sua fração, designadamente a respetiva estrutura resistente, o número de fogos ou divisões interiores, ou a natureza e cor dos materiais de revestimento exterior, sem aumento da área total de construção, da área de implantação ou da altura da fachada;

e) «Obras de ampliação», as obras de que resulte o aumento da área de implantação, da área total de construção, da altura da fachada ou do volume de uma edificação existente;

f) «Obras de conservação», as obras destinadas a manter uma edificação nas condições existentes à data da sua construção, reconstrução, ampliação ou alteração, designadamente as obras de restauro, reparação ou limpeza;»

Propõe-se, ainda, a isenção de taxas urbanísticas previstas na mesma tabela para todos os procedimentos de alteração de utilização, ainda que não resultem de um prévio procedimento das obras previstas anteriormente.

As isenções aqui previstas aplicam-se aos processos que cumpram as seguintes condições:

a) Sejam apresentados entre 1 de Março de 2016 e 28 de Fevereiro de 2017 e

b) Emitidos os respetivos títulos constitutivos da eficácia dos atos de controlo prévio (designadamente alvarás, e comprovativos do pagamento de restantes taxas municipais), até 31 de Agosto de 2017."

A Assembleia Municipal deliberou por unanimidade e em minuta aprovar a proposta apresentada.

Apreciação, Discussão e aprovação do Relatório de Gestão e documentos de Prestação de Contas do exercício de 2015

Presente a proposta referente aos documentos de Prestação de Contas do ano de 2015 e respetivo Relatório de Gestão.

-----O Senhor Presidente da Assembleia, Alfredo Falamino Barroso, deu a palavra ao Senhor Presidente da Câmara. ----------

-----O Senhor Presidente da Câmara, Senhor António José Rega Matos Recto, disse que o que está em análise são documentos técnicos que demonstram os resultados do ano de 2015. Referiu que a receita teve uma taxa de execução de 95,8% e a despesa uma taxa de execução de 75%, isto resulta do facto de se atravessar uma fase de encerramento de um quadro comunitário e a abertura de outro quadro comunitário. Transita um saldo de gerência no valor de 2.210.662,37€. Para um maior esclarecimento passou a palavra ao Chefe de Divisão Administrativa e Financeira, José Bernardo Nunes, que através da apresentação de um power-point fez a apresentação técnica de toda a documentação. -

-----O Senhor Presidente da Mesa da Assembleia Municipal, Alfredo Falamino Barroso, deu a palavra ao membro Gonçalo Morais. ----------

-----O membro Gonçalo Morais, começou a sua intervenção referindo que a documentação apresentada é muito importante para se perceber a taxa de execução da Câmara Municipal. Verifica-se uma fraca execução no que diz respeito ao PPI, o que vem perdurando ao longo dos anos. ----------

Solicitou esclarecimentos referentes ao relatório apresentado pela ROC, nomeadamente no que diz respeito à redução da verba do FEDER, para o Fórum de Eventos Promocionais, pergunta o porquê de uma redução tão grande. ----------

Disse que nos últimos anos foi tão falada nesta Assembleia, a questão da descida das transferências para as Autarquias pelo anterior Governo, o roubo às Autarquias, no

entanto, o que se pode verificar através dos relatórios apresentados é que desde 2013 não há qualquer quebra nas transferências para as Autarquias. ----------
Verifica que o Relatório de Gestão, nomeadamente na página 143, fala sobre o Turismo no Concelho, não duvida que se vê algum trabalho na área do turismo, mas não vê resultados práticos. Há reuniões, mas não há resultados. Volta a reforçar que talvez fosse bom a Câmara pensar em gastar dinheiro com quem sabe pensar a estratégia do turismo, investir nessa área, porque o que se verifica na documentação apresentada, é uma verba irrisória gasta na área do turismo. Não se vê uma estratégia implementada e muito menos se veem quaisquer resultados. ----------

-----O Senhor Presidente da Mesa da Assembleia Municipal, Alfredo Falamino Barroso, deu a palavra ao membro Manuel Marouvas. ----------

-----O membro Manuel Marouvas solicitou alguns esclarecimentos técnicos sobre o relatório da ROC. Pergunta a que se refere o aumento do valor da cobrança duvidosa.
Disse que, sempre que se tem falado da questão da redução da taxa do IMI e IRS, sempre foi dito que a questão tem que ser analisada, porque se recebe menos verba, afinal, do que se pode constatar pelos mapas apresentados é que a receita com esses impostos subiu. Não se justifica que não se considere baixar a taxa do IMI. Perguntou ainda se a Câmara possui imóveis que não estejam registados. Por último, disse que, tal como é proposto pela ROC, a Câmara devia ter em consideração e começar com a contabilidade de custos referente à mão-de-obra.

-----O Senhor Presidente da Mesa da Assembleia Municipal, Alfredo Falamino Barroso, deu a palavra ao membro Daniel Cachopas. ----------

-----O membro Daniel Cachopas começou por perguntar como é possível haver taxas de execução bem acima dos 100%, como é referido no relatório. Disse que, tal como tem sido referido e tão debatido, a questão das taxas do IMI e IRS, verificando-se um

aumento da receita, já era altura de a Câmara pensar em baixar essas taxas. Pergunta a que se referem as transferências para as freguesias, verifica-se que têm vindo a aumentar, que tipo de transferências são. ----------

Considera que a Câmara deve ter em conta a referência da ROC, da página 43, em que propõe melhoria dos serviços. Assim como deve ser motivo de reflexão para a Câmara e Assembleia as taxas de execução acima do previsto, constantes da página 47 do relatório de gestão. ----------

Pergunta o porquê da redução da receita referente à água, verifica-se através dos mapas apresentados que desde há uns anos, vem sempre a descer. ----------

-----O Senhor Presidente da Mesa da Assembleia Municipal, Alfredo Falamino Barroso, deu a palavra ao membro Vergílio Ambrósio. ----------

-----O membro Vergílio Ambrósio, começou a sua intervenção dizendo que no início do relatório de gestão, o Senhor Presidente da Câmara começa por agradecer aos trabalhadores da Câmara, considera que isto são "palmadinhas nas costas" pelas condições deploráveis em que os trabalhadores dos estaleiros são obrigados a trabalhar. Disse que os mapas da receita refletem a sequência lógica do que a CDU tem vindo a dizer relativamente ao IMI, confirma-se um aumento sucessivo da receita.

Isto demonstra o que a CDU tem dito, que os redondenses ficaram com menos dinheiro nos bolsos, mas a saúde financeira da Câmara é boa. Mas a boa saúde financeira da Câmara, que tem vindo a ser publicitada tão arrogantemente, só é boa à conta dos redondenses, deve-se ao esforço dos redondenses. O motivo de orgulho do executivo MICRE, que é a boa saúde financeira da Câmara, deve-se muito aos seus munícipes, que estão a pagar mais IMI, mais IRS, água mais cara, porque a Câmara está a pagar menos 200.000€ de água mas não refletiu isso nos bolsos dos munícipes, não baixou a fatura de água dos munícipes. ----------

-----O Senhor Presidente da Assembleia, Alfredo Falamino Barroso, informou que o relatório de gestão tem uma nota explicativa referente à receita do IMI, que deve ser tida em conta. ----------

-----O Senhor Presidente da Assembleia, Alfredo Falamino Barroso, deu a palavra ao Senhor Presidente da Câmara. ----------

-----O Senhor Presidente da Câmara, Senhor António José Rega Matos Recto, respondendo às questões colocadas pelo membro Gonçalo Morais, disse que, tal como já referiu, a baixa taxa de execução do PPI prende-se com o facto de estar a ser finalizado um quadro comunitário e a ser iniciado outro, no entanto, estão os dois parados. Apesar disso, apesar das dificuldades de se poderem candidatar obras e sem saber quando e como serão apresentadas as candidaturas, a Câmara de Redondo está a avançar com a 2ª fase da obra da ARU – Zona C. Espera que em 2016 as coisas corram melhor, a nível de obras que se possam candidatar e assim aumentar a taxa de execução do PPI. ----------

Em relação à obra do Fórum de Eventos Promocionais, não houve uma redução da taxa de comparticipação, pelo contrário, quando foi candidatada tinha uma taxa prevista de comparticipação de 46%, que após revisão aumentou para 56% e depois para 65%. No entanto, como já referiu, o quadro comunitário ainda não está fechado e a taxa ainda não está estabilizada. ----------

Relativamente ao Turismo, também defende uma estratégia, até a nível regional, no entanto, não concorda com as regras da ERT, como se verificou pela recente atribuição dos prémios. As Ruas Floridas não foram premiadas, os prémios foram Campo Maior, para Mértola, a Câmara de Redondo foi marginalizada, e é marginalizada até por não ter dívidas. A Câmara tem tentado chegar a consensos, junto dos agentes económicos do Concelho ligados ao Turismo, no entanto, tem havido sérias dificuldades em se conseguir chegar a consenso com os agentes do Concelho. ----------

Respondendo às questões colocadas pelo membro Manuel Marouvas, informou que as cobranças duvidosas não são referentes apenas a dívidas de água, também estão incluídas, por exemplo, dívidas de feirantes, que requereram o terrado para a feira e entretanto desistiram e não pagaram. ----------

Relativamente à questão da receita do IMI, questão colocada por vários membros da Assembleia, disse que, o valor constante dos mapas não corresponde na totalidade a receita do IMI, tal como se pode verificar na nota explicativa do relatório de gestão, na página 58, onde é explicado que houve cerca de 161.000€ registados na conta do IMI quando na realidade correspondem a IMT, houve um lapso dos serviços no registo dessa receita. Disse ainda que nos últimos anos a Câmara não tem aumentado a taxa do IMI, pelo contrário, manteve a taxa e para este ano reduziu a taxa e aderiu à redução consoante o número de dependentes, nem todos os Municípios aprovaram essa medida, mas o Município de Redondo aderiu e aprovou essa medida. Para além disso, este ano também foi alterado o valor do rendimento bruto para efeitos de isenção, e vai abranger muitos mais agregados, pode informar que no dia em que se deslocou às finanças para pagar o seu IMI, verificou que, só durante esse dia, passaram cerca de 20 pessoas a perguntar pela notificação de pagamento do IMI, porque ainda não tinham recebido a notificação e foram informadas que não receberam porque ficaram isentas, abrangidas por esta alteração do valor do rendimento. ----------

Em relação à receita dos impostos indiretos ser superior a 100%, isto prende-se com o facto de o orçamento ser uma estimativa, uma previsão, e a prestação de contas é a receita efetiva. ----------

Continuando a resposta às questões colocadas pelo membro Daniel Cachopas, informou que as transferências para as Juntas de Freguesia são referentes à receita do IMI. -------

Informou que, atualmente, a Câmara tem controlo de custos de tudo, à exceção da mão-de-obra, mas já está em marcha o procedimento para se iniciar também esse controlo de custos. Tal como é referido no relatório da ROC, a Câmara tem vindo a desenvolver um trabalho que deve ter continuidade. Verifica-se uma melhoria contínua dos serviços. –

A questão da cobrança de dívidas de água, há uma dificuldade na cobrança de dívidas de água, que não se verifica apenas na Câmara de Redondo, é uma dificuldade generalizada a todas as Câmaras. É um trabalho árduo, complicado, porque mexe com agregados familiares que na sua maioria tem crianças em casa. Não é a favor de tomar medidas cegas, defende o diálogo, é esse tipo de trabalho que tem sido feito e tem produzido alguns efeitos, mas continua a haver muito trabalho a fazer. ----------
Esclareceu que, nas suas intervenções, quando refere que os Governos têm "roubado" os Municípios, esta afirmação surge na falta de cumprimento da Lei das Finanças Locais, porque não é cumprida. Considera que se a Lei das Finanças Locais fosse cumprida os Municípios teriam mais autonomia, em todos os aspetos inclusivamente financeiros. Disse que está provado que as Autarquias rentabilizam melhor os rendimentos. ---------

-----O Senhor Presidente da Assembleia, Alfredo Falamino Barroso, uma vez que, à data da realização da obra do Fórum de Eventos Promocionais, era o Presidente da Câmara, esclareceu que, quando a obra foi candidatada, inicialmente, estava previsto, como regra, um financiamento de 85% do valor da candidatura, e foi esta a percentagem registada inicialmente. Após aprovação da candidatura, foi aprovada a taxa de comparticipação de 65,5% e por isso se verifica essa quebra de receita, embora, como já referido pelo Senhor Presidente da Câmara, a taxa ainda não esteja estabilizada. -------

-----O Chefe de Divisão Administrativa e Financeira prestou os esclarecimentos técnicos solicitados. ----------

Após análise e discussão de toda a documentação e dos esclarecimentos prestados, a Assembleia Municipal deliberou por maioria e em minuta, com a abstenção dos membros Daniel Cachopas e Gonçalo Morais, o voto contra do membro Manuel Marouvas e os restantes votos a favor, aprovar os Documentos de Prestação de Contas.

Declaração de voto do membro Vergílio Ambrósio:

"A CDU vota a favor, realçando mais uma vez que esta tão propalada "boa saúde financeira das contas do município" se deve a não terem sido atendidas ao longo destes anos as opiniões da CDU relativamente ao facto do IMI estar muito alto, a que o IRS podia ter sido mais baixo e que menos 200 mil euros de despesas de água que a Câmara tem que pagar à entidade se podiam também refletir na diminuição do custo da água às populações. Portanto a saúde financeira é feita à custa dos bolsos dos Redondenses.

É esta declaração que a CDU aqui queria com tristeza deixar, frisando que é sobrecarregando o povo que se conseguem bons resultados económicos e que no entender da CDU há outras formas de conseguir os mesmos resultados sem sacrificar tanto as economias das famílias."

Declaração de voto do membro Manuel Marouvas:

"A análise do Relatório de Gestão e dos documentos de Prestação de Contas é um dos atos mais importantes que um deputado da Assembleia Municipal tem de praticar.

Porque através das contas se avalia a correção material destas, por um lado, bem como a ação municipal em cumprimento do orçamento aprovado pela Câmara e pela Assembleia Municipal, por outro.

Daqui resulta que não é um ato meramente formal, mais ou menos ritualizado, executado em abril de cada ano, como mera manifestação de fé no ente que as apresenta.

Vale isto para dizer, reiterando o que já disse em anos anteriores, a cada ano sucede um novo ano em que as contas são idênticas.

O Executivo mantém "mais do mesmo", continuando a não vislumbrar uma afirmação estratégica do concelho, uma ambição e inovação, nem desígnio estratégico – para onde queremos ir? Onde queremos apostar? Como pretendemos ser conhecidos?

Ah! Dizem que é um concelho sem dívidas, mas com muita coisa para realizar, só apostando numa requalificação urbana que se verifica ser disfuncional, alteradora das principais caraterísticas urbanísticas redondenses, de gosto muito duvidoso e que evolui de acordo com tendências insondáveis.

Não fomos eleitos para a Assembleia para fazermos de conta, nem para assinarmos de cruz.

Por isso, lamentando profundamente que persistam neste tipo de conduta, como manifestação de protesto, voto contra."

Apreciação do Inventário de todos os Bens, direitos e obrigações patrimoniais e respetiva avaliação

Presente o Inventário de todos os bens, direitos e obrigações patrimoniais.

A Assembleia Municipal procedeu à apreciação do inventário acima referido, nos termos da alínea l) do nº 2 do artigo 25º da Lei nº 75/2013 de 13/09.

Revisão Orçamental

Presente a 1ª revisão ao orçamento da receita e 1ª revisão ao orçamento da despesa, utilizando o saldo da gerência anterior, num total de 2.210.662,37€, sendo o mesmo distribuído por algumas rubricas do orçamento da despesa e projetos / ações quer do Plano Plurianual de Investimentos, quer do Plano de Atividades Municipais, que se verifica não terem dotação com verba suficiente para dar cobertura à sua execução.

A Assembleia Municipal deliberou por unanimidade e em minuta aprovar a 1ª revisão ao orçamento da receita e 1ª revisão ao orçamento da despesa.

Associação Portuguesa de Cidades e Vilas de Cerâmica (AptCC)

Presente uma informação do Senhor Vereador Armindo Ramalhosa, contendo o seguinte teor: ----------

"Centrado na intenção já manifestada pelo Município de Redondo de participar na criação e adesão à Associação Portuguesa de Cidades e Vilas de Cerâmica, no

interesse da promoção, defesa, valorização, inovação, salvaguarda e enquadramento à escala nacional e europeia da Olaria Redondense particularmente, e da cerâmica Redondense nas várias manifestações em geral, anexam-se os estatutos que visam a constituição da referida Associação, com vista à sua análise e considerações para posterior apresentação e deliberação da Assembleia Municipal de Redondo."

Face ao exposto e explicado, a Câmara deliberou por unanimidade e em minuta aderir à Associação Portuguesa de Cidades e Vilas de Cerâmica, aprovar os estatutos apresentados, bem como aprovar o valor de 800,00€ como quota anual, mais deliberou submeter a presente deliberação à aprovação da Assembleia Municipal.

-----O Senhor Presidente da Câmara apresentou as suas desculpas pelo facto de este assunto ser apresentado em cima da hora, explicou que se deveu ao facto de se terem prolongado as reuniões, decorreram os prazos para discussão dos estatutos e foi agora apresentada a versão final que se apresenta. ----------

-----O membro Gonçalo Morais perguntou se a Câmara de Redondo irá fazer parte da direção. ----------

-----O Senhor Presidente da Câmara informou que é provável que a Câmara de Redondo faça parte da direção. ----------

A Assembleia Municipal deliberou por unanimidade e em minuta aprovar a adesão à Associação Portuguesa de Cidades e Vilas de Cerâmica, aprovar os estatutos apresentados, bem como aprovar o valor de 800,00€ como quota anual.

INTERVENÇÃO DO PÚBLICO

-----O Senhor Presidente da Mesa da Assembleia Municipal, Alfredo Falamino Barroso, lembrou que este espaço é destinado a colocar questões à Assembleia ou ao Presidente

da Câmara e que podem ou não ser respondidas na sessão, tem um período máximo de cinco minutos por munícipe e não se destina a intervenções. ----------

-----O Senhor Presidente da Mesa da Assembleia Municipal, Alfredo Falamino Barroso, deu a palavra ao Senhor Isidoro Almeida. ----------

-----O Senhor Isidoro Almeida interveio para referir que o prazo de apresentação das propostas para o Orçamento Participativo coincide com um domingo, pergunta como se procede, nesta situação. ----------

-----O Senhor Presidente da Câmara informou que, conforme a lei prevê, o prazo passa para o dia útil seguinte. ----------

ENCERRAMENTO

-----Nada mais havendo a tratar nesta sessão, eram vinte e três horas e trinta minutos, o Senhor Presidente da Mesa da Assembleia Municipal, Alfredo Falamino Barroso, deu por encerrada esta sessão, agradecendo a presença de todos. ----------

-----E eu, Maria Arminda Barradas, Coordenadora Técnica, redigi a presente ata, que depois de lida e aprovada integralmente na sessão seguinte, será assinada pelos membros da Mesa da Assembleia Municipal. ----------

O Presidente da Mesa, _____

O Segundo Secretário, _____

1	Adaval	Manuel Marofias	Soldado - C.A.P. Corpo de Artilharia Pesada
2	Adaval	Manuel Farófia	Soldado - C.A.P. Corpo de Artilharia Pesada
3	Adaval	Manuel Valente	Soldado - C.A.P. Corpo de Artilharia Pesada
4	Aldeias de Montoito	Inácio Madeira Botas	Soldado
5	Aldeias de Montoito	José Borrego	Soldado - 1º. Grupo Compªs. Adm. Militar
6	Freixo	Francisco Mira	Soldado
7	Freixo	Jerónimo Penica	Soldado
8	Freixo	Joaquim Penica	Soldado - C.A.P. Corpo de Artilharia Pesada
9	Freixo	Manuel Francisco	Soldado - 9ª. Compª. Regimento de Infantaria nº. 11
16	Montoito	António Rosa	Soldado - C.A.P. Corpo de Artilharia Pesada
17	Montoito	Manuel Amaro	Soldado - Regimento de Infantaria nº 11
18	Montoito	António Costa	Soldado - Regimento de Artilharia nº1
19	Montoito	António da Horta Manços	Soldado
20	Montoito	António Paixão	Soldado
21	Montoito	Celestino Caeiro Gregório	Soldado - C.A.P. Corpo de Artilharia Pesada
22	Montoito	Inácio Pires Madeira	Soldado - Grupo Compªs. Adm. Militar
23	Montoito	Luís Barradas	Soldado - C.A.P. Corpo de Artilharia Pesada
24	Montoito	Manuel Luís Vieira Rogado	Primeiro-sargento
25	Montoito	Elias Cartaxo	Soldado - 9ª. Compª. Regimento de Infantaria nº. 11
26	Montoito	Gabriel Baptista	Soldado - Regimento de Infantaria nº 11
27	Montoito	Henrique Mira	Soldado - 9ª. Compª. Regimento de Infantaria nº. 11
28	Montoito	Inácio Ambrósio	Soldado - 9ª. Compª. Regimento de Infantaria nº. 11
29	Montoito	Inácio Inverno	Soldado - 9ª. Compª. Regimento de Infantaria nº. 11
30	Montoito	Inácio Joaquim Madeira	Soldado - Regimento de Infantaria nº 11
31	Montoito	Joaquim Francisco Albano	Soldado - Regimento de Infantaria nº 11
32	Montoito	José Amaro	Soldado - 9ª. Compª. Regimento de Infantaria nº. 11
33	Montoito	José Fabrício	Soldado - 4ª. Compª. 1º. Grupo Compªs. Saúde
34	Montoito	José Francisco Catrapolo	Soldado - 9ª. Compª. Regimento de Infantaria nº. 11
35	Montoito	José Luís Caeiro	Soldado - Regimento de Infantaria nº 11
36	Montoito	José Vicente Roupa	Soldado - Regimento de Infantaria nº 11
37	Montoito	Manuel Coelho Rico	2º. Sargento - 4ª. Compª. 1º. Grupo Compªs. Saúde
38	Montoito	Manuel Mendes	Soldado - 9ª. Compª. Regimento de Infantaria nº. 11
39	Montoito	José Garcia	Soldado - Regimento de Infantaria nº 11
40	Montoito	Felipe Roque	Soldado
41	Montoito	João Lourinho	Soldado
42	Montoito	Inácio Ambrósio	Soldado
43	Montoito	José Gonçalves Rogado	Segundo sargento

49	Montoito	António Polido	Soldado - C.A.P. Corpo de Artilharia Pesada
50	Montoito	António Quadrilheiro	Soldado
75	Montoito	Laurentino José Casaca	Soldado
44	Redondo	António Borrego	Soldado
45	Redondo	António Carriço	Soldado
46	Redondo	António João da Silva Pilar	Soldado
47	Redondo	António Lei	Primeiro cabo - C.A.P. Corpo de Artilharia Pesada
48	Redondo	António Manuel Molefas	Primeiro-cabo
51	Redondo	António Rui Gomes	Soldado
52	Redondo	António Ventura Bamouco	Soldado
53	Redondo	Arménio de Jesus Brabio	Soldado
54	Redondo	Augusto Delfim	Primeiro-cabo
55	Redondo	Dário Manuel Nobre	Soldado
56	Redondo	Domingos António Boavida	Soldado
57	Redondo	Faustino José	Soldado
58	Redondo	Francisco Madeira	Soldado
59	Redondo	Inácio José Celestino	Soldado
60	Redondo	Inácio Mendes Caeiro	Soldado
61	Redondo	Isaías de Assunção	2º Sargento
62	Redondo	Isidoro Júnior	Soldado - C.A.P. Corpo de Artilharia Pesada
63	Redondo	Jacinto António Caeiro	Soldado
64	Redondo	Jacinto Manuel	Soldado
65	Redondo	João Luís de Sousa	Segundo-Sargento
66	Redondo	João Manuel do Monte	Soldado
67	Redondo	Joaquim Brandoa Furtado	Segundo-Sargento
68	Redondo	Joaquim Charrua	Soldado
69	Redondo	Joaquim Gomes	Soldado
70	Redondo	Joaquim José Cardeira	Soldado
71	Redondo	José António Cidade	Soldado
72	Redondo	José Carmelo	Segundo-Sargento
73	Redondo	José Rosado	Soldado
74	Redondo	Julião Carriço	Soldado
76	Redondo	Manuel Beira - Soldado	Soldado
77	Redondo	Manuel Francisco Marana	Primeiro-cabo
78	Redondo	Manuel Gonçalves Carrapiço	Primeiro-cabo
79	Redondo	Manuel Grilo da Costa	Soldado - C.A.P. Corpo de Artilharia Pesada
80	Redondo	Manuel Pirraça	Soldado

81	Redondo	Mariano Carvalho Ramos	Soldado
82	Redondo	Mário Calado	Soldado
83	Redondo	Porfírio dos Santos Rosado	Soldado
84	Redondo	Tomás Boaventura	Soldado - C.A.P. Corpo de Artilharia Pesada
85	Redondo	Hernâni António Cidade	Alferes Miliciano de Infantaria 35
86	Redondo	Caetano Manuel Cordeiro Rosado	Tenente de Infantaria 22
87	Redondo	Celestino Valente	Soldado - Regimento de Infantaria nº 11
88	Redondo	Joaquim Marques Rosado	Soldado - Regimento de Infantaria nº 11
89	Redondo	José António	Soldado - Regimento de Infantaria nº 11
90	Redondo	José Augusto Pita	Soldado - Regimento de Infantaria nº 11
91	Redondo	Julião do Carmo Ramalho	Soldado - Regimento de Infantaria nº 11
92	Redondo	Julião Peralta	Soldado - Regimento de Infantaria nº 11
93	Redondo	Pedro Nobre	Soldado - Regimento de Infantaria nº 11
94	Redondo	José Luís Nobre	Soldado - 1º. Grupo de Adm. Militar
10	Redondo - Matriz	Manuel António Alves	2º. Sargento - 4ª. Compª. 1º. Grupo Compªs. Saúde
11	Redondo - Matriz	Manuel Augusto Faleiro	Soldado - Regimento de Infantaria nº 11
12	Redondo - Monte Virgem	José Caetano Valente	Soldado - C.A.P. Corpo de Artilharia Pesada
13	Redondo - Monte Virgem	Jacinto Alves	Soldado
14	Redondo - Monte Virgem	António Bernardo Fortes Júnior	Soldado - Regimento de Infantaria nº 11
15	Redondo - Monte Virgem	António Carlos Gonçalves	Soldado - Regimento de Infantaria nº 11
95	Santa Susana	Arsénio Frouxa	Soldado - C.A.P. Corpo de Artilharia Pesada
96	Santa Susana	Aníbal Calado	Soldado - Regimento de Infantaria nº 11
97	Santa Susana	Júlio Ganhão Mestre	Soldado - Regimento de Artilharia nº1
98	Santa Susana	Leopoldo Vicente Leal	Soldado
99	São Bento do Zambujal	Francisco dos Santos	Soldado - Regimento de Artilharia nº1
100	São Bento do Zambujal	Faustino José Palheta	Soldado
101	São Bento do Zambujal	Leovigildo José	Soldado - Regimento de Artilharia nº1
102	São Bento do Zambujal	Manuel Ferro	Soldado - C.A.P. Corpo de Artilharia Pesada

INFORMAÇÃO

Estabelece o regime jurídico das autarquias locais que compete à Assembleia Municipal nos termos da alínea c) do n.º2 do artigo 25.º e n.º4 do artigo 35.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, apreciar a informação financeira do Município.

Assim, somos a enviar a referida informação.

Paços do Concelho de Redondo, em 08 de abril de 2016

O Presidente da Câmara

(António José Rega Matos Recto)

Presente à reunião de 13/04/2016

A Câmara tomou conhecimento da informação financeira do Município, devendo a mesma ser submetida à Assembleia Municipal para conhecimento.

O Presidente da Câmara

MUNICIPIO DE REDONDO

Praça da República
7170-011 Redondo – Portugal

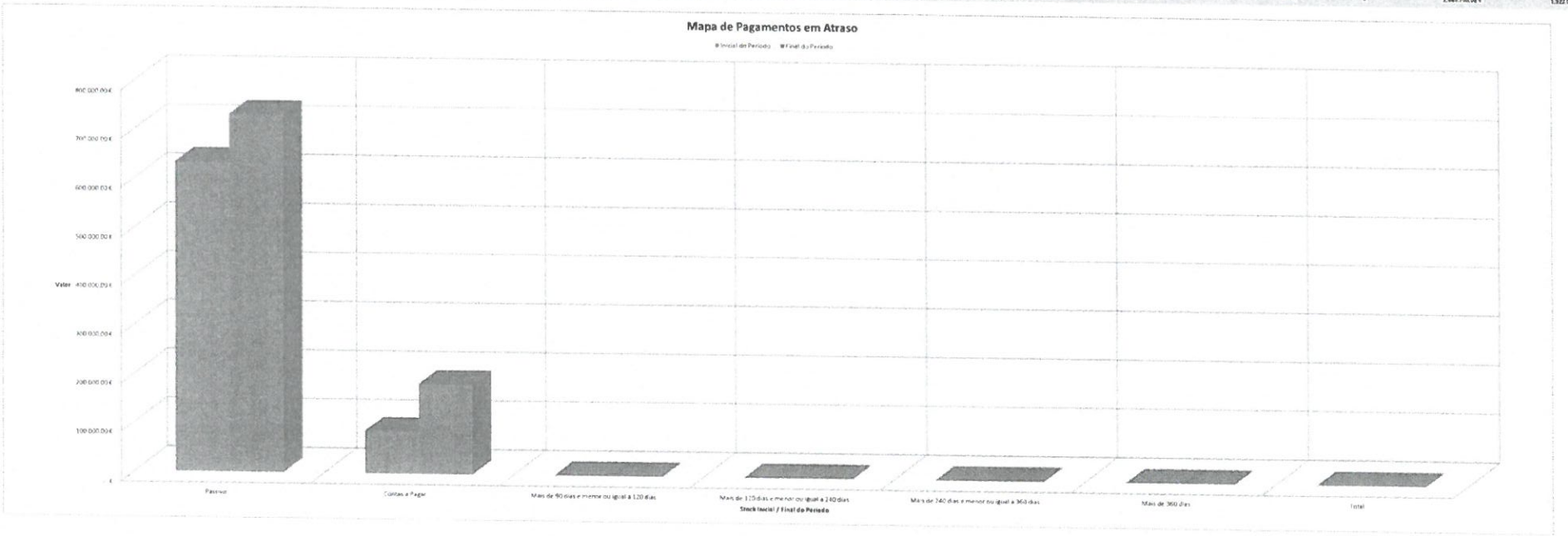
(+351) 266 989210 (+351) 266 909039
geral@cm-redondo.pt

ANEXO 2

Mapa de Pagamentos em atraso (período 2012, LCPA)

(montantes acumulados, em euros)

Código	Designação	Stock Inicial do período							Stock Final do período								Compromissos assumidos	Pagamentos efetuados
				Pagamentos em atraso							Pagamentos em atraso							
		Passivo	Contas a pagar	Mais de 90 dias e menor ou igual a 120 dias	Mais de 120 dias e menor ou igual a 240 dias	Mais de 240 dias e menor ou igual a 360 dias	Mais de 360 dias	Total	Passivo	Contas a pagar	Mais de 90 dias e menor ou igual a 120 dias	Mais de 120 dias e menor ou igual a 240 dias	Mais de 240 dias e menor ou igual a 360 dias	Mais de 360 dias	Total		
		(1)	(2)	(3)	(4)	(5)	(6)	(7)=(3)+(4)+(5)+(6)	(8)	(9)	(10)	(11)	(12)	(13)	(14) =(10)+(11)+(12)+(13)	(15)	(16)
CE0101	Remunerações certas e permanentes	589 807,67 €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	569 807,67 €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	835 813,24 €	835 813,24 €
CE0102	Abonos variáveis ou eventuais	915,51 €	915,51 €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	18 107,59 €	18 107,59 €
CE0103A	CE0101M1 + CE0102M2 - Encargos com saúde - ADSE e outros dos Adm. Públicas	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	14 684,73 €	14 684,73 €
CE0103B	CE0103B1 (anual) + CE0103B2 (anual) - Encargos com saúde - Outros setores fora das Adm. Públicas	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	5 584,68 €	5 584,68 €
CE0103C	Contribuições para a segurança social - Caixa Geral de Aposentações	47 415,53 €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	47 415,53 €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	74 066,36 €	74 066,36 €
CE0103D	Contribuições para a segurança social - Seg. Social - Regime geral	43 246,38 €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	43 246,38 €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	63 358,39 €	63 358,39 €
CE017	Restantes despesas com pessoal (Total C3.C1 menos os valores inscritos nas linhas precedentes)	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	12 727,38 €	12 727,38 €
CE02	CE02 - Aquisição de Bens e serviços correntes	94 512,88 €	94 644,77 €	- €	- €	- €	- €	- €	123 754,17 €	93 496,91 €	- €	- €	- €	- €	- €	1 054 298,59 €	885 119,73 €
CE03	CE03 - Juros e outros encargos	226,33 €	226,33 €	- €	- €	- €	- €	- €	226,33 €	226,33 €	- €	- €	- €	- €	- €	452,66 €	- €
CE04	Transferências correntes para setores das Adm. Públicas (CE04.03+ CE04.04 + CE04.05 + CE04.06)	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	35 367,68 €	35 367,68 €
CE041	Transferências correntes para fora das Adm. Públicas (CE04 menos o valor inscrito na linha imediatamente acima)	12 364,58 €	12 364,58 €	- €	- €	- €	- €	- €	2 160,04 €	2 160,04 €	- €	- €	- €	- €	- €	120 528,08 €	118 368,04 €
CE06	CE06 - Outras despesas correntes	1 433,96 €	1 433,96 €	- €	- €	- €	- €	- €	1 348,90 €	1 348,90 €	- €	- €	- €	- €	- €	12 865,92 €	7 113,91 €
CE07	CE07 - Aquisição de bens e serviços de capital	63 444,85 €	6 323,49 €	- €	- €	- €	- €	- €	144 037,25 €	86 966,10 €	- €	- €	- €	- €	- €	103 286,06 €	71 059,28 €
CE081	Transferências de capital para fora das Adm. Públicas (CE08 menos o valor inscrito na linha imediatamente acima)	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	7 113,41 €	7 113,41 €
	TOTAL	818 767,19 €	86 058,59 €	- €	- €	- €	- €	- €	721 946,49 €	184 102,28 €	- €	- €	- €	- €	- €	2 463 795,63 €	1 932 044,85 €



DGAL | DIREÇÃO-GERAL DAS AUTARQUIAS LOCAIS

Editar Fundos Disponíveis

Lista de Fundos Disponíveis

Ano	2016	**Quadro**	Fundos Disponiveis - Mapa de Fundos Disponiveis
Periodo	Abril	**Entidade**	REDONDO
Utilizador de criação	Ana Paula Mateus Bento	**Data de criação**	2015-12-29 16:31:18
Utilizador da última alteração	-	**Data da última alteração**	-

Exportar para Excel Tem Pagamentos Em Atraso: Não
PAEL: Não

	Mês Anterior	Mês Actual	Mês Actual + 1	Mês Actual + 2	Total Acumulado
Dotação corrigida liquida de cativos (duodécimo)					
Transferências ou subsidios com origem no OE	1.147.950,00	382.650,00	382.650,00	382.650,00	2.295.900,00
Receita efetiva própria cobrada ou recebida como adiantamento	482.037,71				
Da qual: Receita extraordinária (a abater)					
Receita efectiva própria cobrada ou recebida como adiantamento (Ano Actual -1)					
Receita efectiva própria cobrada ou recebida como adiantamento – Da qual: Receita extraordinária (a abater) (Ano Actual -1)					
Receita efectiva própria cobrada ou recebida como adiantamento (Ano Actual -2)					
Receita efectiva própria cobrada ou recebida como adiantamento –					

Da qual: Receita extraordinária (a abater) (Ano Actual -2)					
Previsão da receita efetiva própria	0,00	-17.977,19	591.785,34	255.225,66	829.033,81
Produto de empréstimos contraídos nos termos da lei	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências do QREN ainda não efectuadas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências do QREN ainda não efectuadas - Correções por recebimento efectivo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros montantes autorizados nos termos do artigo 4.º - Subtotal	0,00				0,00
Outros montantes autorizados nos termos do artigo 4.º - De receitas gerais	0,00				0,00
Outros montantes autorizados nos termos do artigo 4.º - De receitas próprias	0,00				0,00
Outros montantes autorizados nos termos do artigo 4.º - De empréstimos	0,00				0,00
Outros montantes autorizados nos termos do artigo 4.º - Correções de receitas gerais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros montantes autorizados nos termos do artigo 4.º - Correções de receitas próprias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros montantes autorizados nos termos do artigo 4.º - Correções de empréstimos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Aplicação de saldos de gerência ou de activos financeiros	2.210.662,30				2.210.662,30
Recebimentos em atraso	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

integrados em plano de liquidação do devedor					
Correções por recebimento efetivo (dos recebimentos em atraso)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Fundos Disponíveis - Subtotal	3.840.650,01	364.672,81	974.435,34	637.875,66	5.817.633,82
Compromissos Assumidos	2.692.534,81				2.692.534,81
Compromissos Assumidos - Pagamentos	1.523.044,85				1.523.044,85
Compromissos Assumidos - Por Pagar					1.169.489,96
Fundos Disponíveis		3.125.099,01			
Por memória: Receita extraordinária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

(valores a preencher são em euros, com precisão ao cêntimo)

Nota: Só deve iniciar o preenchimento deste mapa após o envio do mapa de pagamentos em atraso do mês imediatamente anterior.

Guardar

COMPETE UNIÃO EUROPEIA agilityaward

Contatos | Ficha Técnica | Copyright © 2009 - 2016 DGAL. Todos os direitos reservados. | Site otimizado para 1024x768, IE7.

RESUMO DOS FLUXOS DE CAIXA

De 2016/01/02 Até 2016/04/08 ENTIDADE NR MUNICIPIO DE REDONDO

MOEDA EUR
DATA 2016/04/11

Recebimentos			Pagamentos		
Saldo do dia anterior		2.309.182,06	Despesas orçamentais		1.585.214,50
Execução orçamental	2.210.662,37		Correntes	1.506.441,81	
Operações de tesouraria ...	98.519,69		Capital	78.772,69	
Receita orçamentais		1.797.083,66	Operações de tesouraria		161.412,72
Correntes	1.549.017,60		Saldo para o dia seguinte		2.520.125,52
Capital	247.771,84				
Outras	294,22		Execução orçamental	2.422.531,53	
Operações de tesouraria		160.487,02	Operações de tesouraria	97.593,99	
Total		4.266.752,74	Total		4.266.752,74

INFORMAÇÃO

AUTORIZAÇÃO PRÉVIA NO ÂMBITO DA LEI DOS COMPROMISSOS E PAGAMENTOS EM ATRASO – INFORMAÇÃO DE COMPROMISSOS PLURIANUAIS ASSUMIDOS

Considerando que:

- A alínea c) do n.º 1 do art. 6º da Lei n.º 8/12, de 21 de Fevereiro, que aprova as regras aplicáveis à assunção de compromissos e aos pagamentos em atraso, e que dispõe que a assunção de compromissos plurianuais, independentemente da sua forma jurídica, incluindo novos projetos de investimento ou a sua reprogramação, contratos de locação, acordos de cooperação técnica e financeira com os municípios e parcerias público- privadas, está sujeita, no que respeita às entidades da administração local, a autorização prévia da Assembleia Municipal.

- Que o art. 11º do Decreto-Lei n.º 127/12, de 21 de junho, veio regulamentar a citada lei dos compromissos, nos termos do art. 14º, estabelecendo que a referida autorização prévia para a assunção de compromissos plurianuais poderá ser dada quando da aprovação dos documentos previsionais;

- Tendo sido aprovado pela Assembleia Municipal na sua reunião realizada em 11 de novembro/2015, despacho em conformidade, que obriga que em todas as sessões ordinárias da referida Assembleia deverá ser presente uma informação na qual constem os compromissos plurianuais assumidos ao abrigo da referida autorização prévia genérica;

Termos em que somos a informar que:
- No período transcorrido entre a última Assembleia Municipal realizada em 24 de fevereiro de 2016 e aquela que está agendada para o dia 27 de abril, ocorreram os seguintes compromissos plurianuais:

Presente à reunião de 13/04/2016
A Câmara tomou conhecimento dos compromissos plurianuais assumidos entre a última Assembleia Municipal realizada em 24/02/2016 e a que está prevista para 27/04/2016, devendo submeter os mesmos ao conhecimento da Assembleia Municipal.
O Presidente da Câmara

MUNICIPIO DE REDONDO
Praça da República
7170-011 Redondo – Portugal
☎ (+351) 266 989210 (+351) 266 909039
geral@cm-redondo.pt

ANEXO 3

Listagem dos compromissos assumidos ao abrigo da autorização genérica para dispensa de parecer prévio vinculativo						
FORNECEDOR	DESIGNAÇÃO	DATA DO CONTRATO / ADJUDICAÇÃO	COMPROMISSO ANO 2016	COMPROMISSO ANO 2017	COMPROMISSO ANO 2018	COMPROMISSO ANO 2019
SUSANA CRISTINA PITA BARREIRA	RENOVAÇÃO DO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS POR AVENÇA	24/02/2016	6.800,00€	1.36,00€		
MARIA DE LURDES BEIRA PERALTA NOBRE	RENOVAÇÃO DO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS POR AVENÇA	24/02/2016	6.500,00€	1.300,00€		
MARIA CELESTE MACHADO PIRES COSTA	RENOVAÇÃO DO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS POR AVENÇA	24/02/2016	12.000,00€	2.400,00€		
MARIA DO CARMO FERREIRA VALADAS CARRAPIÇO	RENOVAÇÃO DO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS POR AVENÇA	24/02/2016	8.300,00€	1.660,00€		
TÂNIA CRISTINA ROQUE VALENTE CAEIRO	RENOVAÇÃO DO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS POR AVENÇA	24/02/2016	5.500,00€	1.300,00€		

Conhecimento dos compromissos plurianuais já arrogados e com efeitos produzidos no periodo transcorrido entre a sessão da Assembleia Municipal de em 24 de fevereiro de 2016 e aquela que está agendada para o dia 27 de abril;

Para conhecimento da Assembleia Municipal, em ordem ao preceituado na alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro;

Paços do Concelho de Redondo, em 08 de abril de 2016

O Presidente da Câmara

(António José rega Matos Recto)

MUNICIPIO DE REDONDO

Praça da República
7170-011 Redondo – Portugal

☎ (+351) 266 989210 (+351) 266 909039
geral@cm-redondo.pt